

O ENSINO DE ARQUITECTURA EM LISBOA NO PERÍODO DE 1974 A 1986: INTEGRAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Leonor Matos SILVA

ISCTE-IUL

PALAVRAS-CHAVE

**Ensino de arquitectura; FA-UTL (Faculdade
de Arquitectura da Universidade Técnica
de Lisboa); Arquitectura Pós-Moderna**

ID: 330

No âmbito do estudo da história do ensino de arquitectura em Portugal no século XX, é pertinente focar o olhar sobre o período que precede o 25 de Abril de 1974 já que este dá início a uma nova realidade social que, com maiores ou menores flutuações, é a que vivemos hoje.

De facto, a *Revolução dos Cravos* vem abalar todo o país e as suas instituições, incluindo as instituições escolares de ensino superior; neste contexto, as duas Escolas de Lisboa e do Porto que, em exclusivo, podem conferir o grau de “arquitecto” não farão a excepção.

Mas se a *Escola do Porto* viria, nas décadas anteriores e face ao regime opressor, conquistando uma identidade própria e consistente que é agora estimulada pela oportunidade política, a sua congénere lisboeta – que apesar de episódios de excepção e antagonismo se mantivera controlada e limitada pelo poder – não resiste ao embate revolucionário.

Não é, pois, com surpresa que se constata o encerramento, no ano lectivo de 1974/75, da 1ª secção (correspondente ao Departamento de Arquitectura) da ESBAL (Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa); do mesmo modo, seria de estranhar que a sua reabertura, no ano lectivo seguinte, obedecesse às mesmas linhas de orientação. E se tal acontece em parte – como nos propomos a demonstrar – esse facto é apenas sintomático da inércia que a prende ao sistema anterior já que, nas décadas que se seguem, o Departamento de Arquitectura passa a *Faculdade de Arquitectura*, sendo integrado na Universidade Técnica de Lisboa; a nova Faculdade é ainda transferida para instalações próprias concebidas para o efeito e renova toda a sua estrutura formativa; por fim, a sua componente humana - substancialmente alterada pela novidade democrática - fundamenta uma abordagem particular à didáctica da arquitectura que, se não fruto da implementação de um desígnio colectivo, tal como no Porto, pelo menos elucidativa de uma identidade que necessariamente se constrói ou que hoje, mais de vinte anos passados, podemos reconhecer.

Propomos dar a conhecer este novo capítulo da história do ensino institucional de arquitectura na capital; em particular, demonstraremos de que forma é que a integração deste na Universidade apelidada de *Técnica* vem ou não descaracterizar a sua vocação histórica no âmbito das Belas-Artes; de igual modo, indagaremos sobre o processo de construção de uma nova Escola contribuindo, assim, para um melhor entendimento da FA-UTL (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) de hoje.

ÂMBITO CRONOLÓGICO

Se considerámos como ponto de partida para esta observação as fortes transformações causadas pelo 25 de Abril será pertinente encerrar o nosso estudo no ano de 1986; com efeito, também a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) vai despoletar fortes alterações na caracterização do ensino de arquitectura. Tal ocorrerá sobretudo por via do seu alargamento à iniciativa privada mas também pela multiplicação da sua oferta no âmbito do próprio sistema público, entre outros factores.

Se é verdade que o anúncio da perda de exclusividade das duas principais escolas de arquitectura introduziria um ruído inultrapassável para a análise que se pretende, cremos que o balizamento proposto permite ainda manter uma distância temporal salutar para o exercício da investigação.

O Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (DA-ESBAL) no período que antecede o 25 de Abril

Sabendo de antemão que o Departamento de Arquitectura da ESBAL é encerrado com a Revolução de Abril, não poderíamos deixar de fazer uma breve referência ao período que lhe antecede na medida em que cremos que este seja o principal motivador do facto; quer isto dizer que, apesar da abertura política que advém dos movimentos contestatários do final da década de 1960 e da

força de algumas individualidades¹, o colectivo escolar não se harmoniza e o Departamento vai sofrer uma instabilidade que o fragiliza progressivamente.

Também é importante notar que na origem da reestruturação do Departamento – que vem a reabrir portas em 1975 – se traçam, desde logo, as suas características futuras nomeadamente a manutenção de algumas dessas individualidades e o afastamento de outras.

Importa também saber que são razões de ordem meramente pragmática – como a necessidade de finalização do curso por parte dos alunos que ficam prejudicados com a situação gerada - o que justifica a sua reabertura o que também demonstra o facto de que a Escola reabre não como um projecto de raiz, renovado e forte, mas como a sequência possível da realidade anterior.

O Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (DA-ESBAL) / Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL) no período de 1974 a 1986

I.

Integração na UTL

Um estudo bibliográfico do tema aponta para o ano de 1976 como a data em que se reinicia o debate sobre a inserção do Departamento na Universidade². O facto de se prever a sua inclusão na Universidade *Técnica* gera algumas agitações³; embora não fracturantes, estas baseiam-se no receio da perda de identidade nomeadamente uma eventual divergência de conteúdos que a alteração do apelido (de *Belas-Artes* para *Técnica*) pudesse suscitar. Mas se o curso acaba de ser inaugurado sob novas premissas, então não deverá obrigatoriamente obedecer a nenhuma tradição pelo que a transição é aceite sem controvérsia.

É neste contexto que é criada, por Decreto⁴, a Faculdade de Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa a qual deverá cumprir com o objectivo geral de “realizar e estimular investigação científica”⁵ - logo, assumindo o seu carácter universitário à partida.

Para efectivar a transição é projectada, no mesmo Decreto, uma *comissão instaladora* para as Faculdades de Lisboa e do Porto; no caso da *comissão* lisboeta, esta ocupar-se-á da integração da Faculdade de Arquitectura na Universidade Técnica entre 1979 e 1990 – ano da homologação dos primeiros Estatutos⁶.

Entre os objectivos desta comissão encontra-se não só a redacção dos novos Estatutos – os quais reflectem também eles a nova realidade democrática e universitária nomeadamente pela complexificação da estrutura e maior repartição de funções e responsabilidades - como a elaboração dos planos de estudos e a aprovação dos planos para as instalações definitivas pelo que as opções da sua presidência⁷ serão fundacionais da Escola que agora se projecta.

É certo que a comissão instaladora é extinta em 1990 mas isto não quer dizer que seja somente a partir daí que a Faculdade tem início: na verdade, a sua primeira turma data de 1983 e a última turma da antiga Escola Superior encerra o período de hibridiz em 1985. Este ano - em que a Faculdade de Arquitectura já funciona em pleno - é curiosamente próximo do ano em que o ensino de arquitectura se alarga à iniciativa privada com a inauguração de dois novos cursos superiores de Arquitectura: um em Lisboa e outro no Porto.

As condições de acesso ao curso de Arquitectura ministrado na nova Faculdade espelham, num primeiro momento, o contágio político a todas as instituições; genericamente relacionadas com o modelo liceal que o antecede, estas sofrem uma quebra de exigência que reflecte um esforço de nivelamento social mas que se vai ajustando gradualmente à experiência universitária; assim, se

em 1975 se apenas é necessário apresentar o diploma do Curso Complementar dos Liceus, em 1977/78 já se condiciona o acesso ao curso com um exame Nacional e é ainda estabelecida a obrigatoriedade de um ano propedêutico sendo que, em 1989/90 – estando já instituído o 12º ano do ensino secundário – passa também a ser necessário demonstrar aptidão numa prova interna de Desenho.

Sabemos também que, de igual modo, o orçamento e financiamento reflectem, numa primeira fase, a instabilidade política – já que o Departamento de Arquitectura abre portas sustentado por um desvio de verbas destinadas, originalmente, a um outro curso de Arquitectura que não se tivera concretizado⁸ mas também pelo facto de que se sucedem orçamentos “de emergência” até à consolidação de um sistema regular.

É de notar, neste ponto, que o estabelecimento de propinas obrigatórias data de 1989/90, logo fora do âmbito desta análise – o que vem também corroborar a ideia de que o “ensino universal e gratuito” se estendeu à Universidade e teve o seu momento mais forte nos anos em foco.

II.

Instalações

No período em análise, o lugar físico concreto onde se opera o ensino de arquitectura, enquanto universitário, não tem particular significado; tal ocorre porque a nova Faculdade de Arquitectura, já inserida na Universidade Técnica, vem coexistir durante duas décadas com os restantes Departamentos da ainda operacional Escola Superior de Belas-Artes nas mesmas instalações que o encerrado Departamento de Arquitectura ocupara. No entanto, devemos reconhecer que as transformações formais são apenas um primeiro passo para um distanciamento mais profundo face às Belas-Artes visto que, perante a desadequação das instalações existentes, a emergência de uma deslocação parece ser encarada como uma inevitabilidade; assim, em meados dos anos de 1990 a recém-inaugurada Faculdade desloca-se para edifício próprio, concebido de raiz, sendo que tal facto só não ocorre no período em estudo porque as transformações em curso se operam de forma lenta e progressiva.

Resta, pois, demonstrar de que forma é que a quebra de ligação entre o Convento de São Francisco da Cidade e os seus ocupantes virá corroborar a tese de que a entrada na Universidade inaugura, de facto, um novo capítulo na história do ensino da arquitectura na capital; com efeito, a transição para o pólo universitário do bairro da Ajuda, na zona ocidental da cidade, implica a perda de um posicionamento geográfico que privilegia o contacto com o património edificado do centro de Lisboa mas também a perda da referência imediata que é o próprio edifício do Convento – ou o seu valor intrínseco enquanto objecto arquitectónico, o qual mantém o seu traço até hoje. Por fim, perde-se, se não uma real convivência entre disciplinas, pelo menos o potencial de uma estreita relação entre as artes, o que daria a possibilidade de uma continuidade natural da herança francesa.

III.

Protagonistas

Como vimos, a inserção do ensino de arquitectura lisboeta em contexto universitário é não só acompanhada de uma alteração institucional como do propósito, ainda em estudo, de alteração de instalações. A Direcção da Escola terá, nestes dois pontos em particular, um papel decisivo.

Quando nos referimos à Direcção da Escola referimo-nos essencialmente ao papel do arquitecto e professor Augusto Brandão já que não só este encabeça os esforços da sua reabertura, em 1975, como vem a desempenhar os principais cargos directivos ao longo das duas décadas seguin-

tes⁹. Acresce que a concepção arquitectónica do novo edifício que albergará a recém-criada Faculdade de Arquitectura é da sua autoria. Interessa, pois, dar a conhecer o que se verificou serem os seus principais pressupostos, esforços e hesitações no período em estudo.

Tendo em conta as fontes consultadas, podemos afirmar que o projecto de reabertura da Escola incluía a ambição da elevação da disciplina ao ensino universitário e a reformulação das suas bases pedagógicas; mais tarde, quando interrogado sobre o que projectava para a nova Escola já em funcionamento, o professor Augusto Brandão claramente demonstraria preferência por uma orientação formativa incidente numa componente técnica de carácter massivo de forma a fazer a correspondência com a realidade (na altura) emergente do alargamento europeu e no sentido da afirmação e credibilização da disciplina - e logo também da própria instituição - face à sociedade. Pode-se dizer que este desejo, entre outros, contrastava com aqueles princípios pelos quais a sua congénere portuense se regia na sua própria reformulação¹⁰.

Veremos mais à frente de que forma é que a seu pensamento exerceu ou não uma real influência na prática pedagógica diária; mas é possível desde já afirmar que, em 1990, a FA-UTL oferecia, tal como ambicionado, credibilidade social, estabilidade legal e institucional, maior “oferta científica” e uma significativa componente técnica no seu ensino de base, valores que podemos associar ao ensino universitário no geral aos propósitos de uma Universidade *Técnica*, em particular.

Uma outra consequência da inserção na Universidade é o alargamento quantitativo e qualitativo do corpo docente e discente.

No caso do corpo docente, além de se observar, ao longo do período em estudo, um significativo aumento de contratações¹¹, são também recuperados ou mantidos alguns nomes do período anterior¹²; ao mesmo tempo, atingem-se maiores graus de dedicação à função e, gradualmente, uma melhor preparação científica.

Ainda que a direcção da Escola se rega por princípios rígidos de contratação que justificam a não inclusão livre de figuras de excepção¹³, a agora livre escolha do docente, por parte dos alunos, e a ausência de um plano pedagógico comum implica a polarização em torno dos professores mais carismáticos¹⁴; em alguns casos é, portanto, retomado um tipo de relação docente/discente que, como veremos mais à frente, se aproximam mais de uma lógica Beaux-Arts – ou da relação mestre/discipulo – do que se perspectivava para a Escola.

Tal como no caso dos docentes, o número de discentes vai aumentando progressivamente¹⁵ destacando-se, agora, um grupo particularmente coeso de trabalhadores estudantes (no que isso possa representar o alargamento a uma mais ampla proveniência e condição social).

No que respeita ao associativismo – que terá início em Julho de 1977¹⁶ – este obedecerá a duas fases: uma primeira que espelha a forma como as agitações políticas do PREC interferem na vida escolar e uma segunda mais marcadamente interessada nas questões internas da Escola nomeadamente a impreparação dos estudantes face à prática e a falta de clareza nas pedagogias praticadas – duas preocupações curiosamente contrastantes face aos propósitos da direcção da Escola, neste período, e cuja justeza apenas podemos especular.

IV. Currículos

Uma análise geral aos planos de estudos implementados¹⁷ para o curso de Arquitectura no período em estudo demonstra uma relativa continuidade face à reforma de 1957 nomeadamente na escolha das áreas científicas. Acresce o factor da preponderância das cadeiras de uma mesma área científica - ou o número de anos que a mesma cadeira é leccionada – e a respectiva carga horária; assim, as áreas de Projecto e Planeamento Urbano e as áreas de Desenho e Construções podem ser consideradas, tal como em 57, como as principais nos novos planos.

Observa-se, também, uma continuidade no que respeita aos respectivos objectivos programáticos.

Por fim, é também mantida a aproximação às ciências sociais e humanas¹⁸ - também ela já introduzida pela reforma pré-revolucionária.

Tirando o facto, já referido, de que o curso de Arquitectura em Lisboa apresenta menor número de anos lectivos e ausência de um período profissionalizante (do tipo *Estágio*) - o que diverge tanto da reforma de 57 como dos novos planos do curso de Arquitectura do Porto - podemos, ainda assim, concluir que "A Reforma de 57 instituiu de certa forma um novo modelo de ensino da arquitectura que continua a vigorar até aos dias de hoje"¹⁹ em ambos os casos.

No que respeita à evolução dos nomes e programas das cadeiras - que traduzem de forma mais directa o que seria a prática didáctica no período em estudo - observamos, numa primeira fase, maior incidência na componente técnica - nomeadamente enquanto aplicada ao estudo do Planeamento Urbano o qual acompanha, em certa medida, o impulso nacional pela reorganização do território - e, numa segunda fase, um recentrar no estudo da Arquitectura como disciplina de síntese o qual impele, em paralelo com uma realidade cultural emergente a que alguns autores chamam de pós-modernidade, um retorno às questões da linguagem e da comunicação o que não deixa de representar, em certa medida, uma reaproximação de alguns dos valores do modelo Beaux-Arts.

V.

Trabalhos escolares

Se é difícil de ilustrar a incidência de uma componente técnica no estudo do *Urbanismo*, será mais fácil de demonstrar a tendência que parece evidenciar-se na experiência académica de *Projecto* no final do período em estudo a qual nos remete, tal como já referimos, para a ressurgência de alguns valores beauxartianos, sobretudo se tivermos em conta uma amostra representativa dos respectivos trabalhos escolares. Observando esta amostra destacam-se a adesão ao desenho como método representativo (e não só como método analítico) mas também a recorrência a referenciais estilísticos de suporte - nomeadamente obras de arquitectura já construídas ou divulgadas - o que implica uma heterogeneidade de soluções ou o maior ênfase nas soluções que no "processo" como metodologia de trabalho.

Mas um outro aspecto parece destacar-se neste contexto o qual vai de encontro, por contraste, à aproximação curricular às ciências humanas e este é a eleição da semântica - ou do estudo do significado da linguagem e, neste caso em particular, da linguagem das formas - como princípio disciplinar.

VI.

Projecto formativo

Os principais factores que vêm corroborar a ideia de que, oficialmente, se desejava que o curso de Arquitectura apresentasse uma forte componente técnica e bons resultados ao nível das quantidades de diplomados são, em primeiro lugar, o facto de os currículos apresentarem um grande número de disciplinas (de conteúdo necessariamente específico) mas também a evolução dos seus processos de avaliação; com efeito, se numa primeira fase pós-revolucionária estes se baseariam na avaliação contínua - a qual implicaria um maior investimento humano tanto da parte dos docentes como dos discentes - gradualmente se aproximaram do quadro do ensino massificado já que, em 1987, passam a obedecer a um regime misto. Cremos poder afirmar que, no curso de Arquitectura lisboeta, não encontramos de facto uma didáctica de estreito acompanhamento a que poderíamos associar o modelo Beaux-Arts - nomeadamente se vista em comparação com a didáctica

ca da Escola do Porto em igual período, construída desde os anos 60, que ainda cultiva a proximidade entre o mestre e o discípulo num ambiente do tipo *atelier*. Acresce que o curso de Lisboa apresentava um menor número de anos lectivos (relativamente a 57) e a dispensa da participação num Estágio profissional; tais características divergiam, mais uma vez, do curso de Arquitectura ministrado no Porto o qual apresentava menor número de disciplinas e a obrigatoriedade de Estágio²⁰.

Esta orientação formativa implicou, no período em estudo, uma tendência didáctica não conser-tada mas à qual podemos atribuir algumas características entre as quais uma *pluralidade de* diferentes entendimentos sobre a disciplina.

Esta *pluralidade* seria não uma estratégia mas o produto de um liberalismo próprio do novo contexto social; o desinteresse por um projecto comum justificaria, ironicamente, a adesão dos alunos a figuras de referência e/ou ao auto didactismo. É neste quadro que se destaca a influência do professor Tomás Taveira já que este virá alterar um pouco a tendência que alguns apelidariam de *tecnicista* do contexto universitário e reintroduzir a componente artística ou o entendimento da arquitectura como espectáculo.

VII.

Ocorrências excepcionais ao quotidiano escolar

O ensino de arquitectura na Lisboa do pós 25 de Abril não é somente fruto da viabilidade insti-tucional e da sua aplicação na prática quotidiana: na verdade, o liberalismo já referido sustenta um espaço de intervenção que pode ser livremente ocupado.

Nesse contexto vão-se sucedendo, ainda que timidamente, algumas ocorrências internas de cariz cultural e científico; mas, mais importante que isso, é agora possível o desenvolvimento de iniciativas que reflectem preocupações ou ambições pessoais.

Assim, se por um lado os eventos que ocorrem oferecem uma reflexão sobre as grandes pro-blemáticas da transformação do país – nomeadamente a reorganização do território e requalifica-ção do património edificado - por outro lado são também divulgadas realidades de um mundo exterior outrora interditas ou ao alcance de poucos; tal é o caso dos *Seminários Internacionais de Arquitectura* organizados pelo professor Tomás Taveira entre 1982 e 1984 que vêm pôr em evi-dência a construção de uma carreira pessoal assente no conhecimento da realidade internacional desconhecida da maioria.

A realização destes *Seminários* vem, por outro lado, testar a capacidade da Escola como inter-mediária da chegada ao nosso contexto de um conjunto importante de autores e pensadores contemporâneos e, apesar do pouco impacto que estes *Seminários* vêm ter a longo prazo – ou no contexto da história recente da arquitectura portuguesa – são, na verdade, uma ocorrência notável à data. Servem também para pôr em jogo a ideia de que a já referida *pluralidade* – agora aberta-mente assumida agora como “pluralidade estética” - pode fazer desta Escola um meio privilegiado de reflexão disciplinar, tal como se verificava ocorrer no Porto²¹. Se tivermos em conta que a nova realidade democrática vem ao encontro da “condição pós-moderna”²², nada seria de facto mais pertinente não fora o facto de os *Seminários* se centrarem no pós-modernismo arquitectónico – tido até hoje como um tema tabu no seio da classe.

VIII.

Outros testemunhos

Um outro aspecto que devemos ter em conta para compreender a ESBAL/FA-UTL neste período é o conjunto de características comuns que podemos observar no percurso académico e profissio-nal dos arquitectos nele formados entre os quais se contam autores de referência na arquitectura

contemporânea portuguesa; embora parecendo contraditório, o facto de se observar grande heterogeneidade de trajectórias só vem corroborar a tese do auto-didactismo como tónica comum. Entre aqueles que apresentam trajectórias semelhantes observa-se que vêm ocupar, tal como seria de esperar, os muitos gabinetes de apoio local que proliferam por diversos Conselhos do país. Uma geração mais recente demonstra grande vontade na absorção de referenciais externos à Escola nomeadamente pela associação a arquitectos de referência, tanto em Portugal como fora do país e tal facto virá, cremos, a caracterizar ao que de mais próximo se pode identificar como uma arquitectura de génese lisboeta por oposição à *Escola do Porto*.

No entanto, não é de somenos sublinharmos o facto de que a Lisboa do período em estudo se torna, por coincidência, um dos principais *spots* do surgimento daquilo a que podemos chamar de pós-modernismo português; se considerarmos o pós-modernismo como uma dominante cultural que é marcada, entre outros factores, pelo cosmopolitismo e pelo gosto da novidade, verificamos que isto se reflecte em numa série de eventos, exposições e aparições nos *media* que, ainda que pouco informados, são produto de uma geração que se interroga e procura posicionar-se face a uma relativo sentimento de orfandade formativa.

A iniciativa *Depois do Modernismo* e a publicação do número *Novíssimos* da revista *Arquitectura* são disso sinal²³.

Em suma, há coincidência entre três factores: a emergência da referida “condição pós-moderna”, a democratização política e a construção de uma Escola de Arquitectura - e é este o contexto cultural em que o ensino de arquitectura se insere na Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do ensino oficial de arquitectura na Universidade, em 1979, não oferece grande agitação no seio escolar lisboeta. Num contexto em que a saída das Belas-Artes estivera já ensaiada – ao nível dos conteúdos pedagógicos desde 1957 e numa aproximação formal, embora oficiosa, a partir do 25 de Abril – a discussão em torno da perda de identidade constitui, mais que uma dialéctica, uma breve reflexão sobre os modos assunção plena do novo paradigma; no caso, reflecte-se sobre a componente técnica do ensino de arquitectura (ou seja, nos aspectos práticos e aplicativos da profissão). A abertura da classe a esta transição vai de encontro, aliás, às suas aspirações de afirmação perante as necessidades emergentes no país; se, numa primeira instância, se dá uma crise acentuada na economia com reflexos directos na prática profissional, verifica-se, progressivamente, a necessidade de investimento e apoio técnico na regulação e planeamento territorial e na construção (pública e, cada vez mais, privada) às quais acresce o interesse da transmissão de uma imagem própria perante a abertura a um mundo globalizado.

A ausência de contraditório face às transformações em curso não reflecte, no entanto, uma harmonização concertada dos arquitectos de Lisboa e dos agentes na reconstrução da sua escola de arquitectura; pelo contrário, à já descrita ausência de um legado pedagógico forte, o 25 de Abril vem oferecer uma abertura que, mais que libertadora, se revela inadaptaada às componentes mais promissoras da realidade anterior.

A prática dos alunos formados nesta Escola no período em foco reflecte assim uma inconsistência relativamente aos seus pressupostos pedagógicos constitutivos. É nesse sentido que se observa uma profusão de influências que lhe são externas e, em grande parte, inconsequentes (tais como o contágio de um irreflectido pós-modernismo arquitectónico); a nova condição de pós-modernidade que é finalmente e livremente adoptada contribui, por um lado, para a diluição de uma hipotética identidade una para a Escola de Lisboa mas, ao mesmo tempo, constitui a sua verdadeira identidade enquanto lugar de profusão de ideias. Cremos, no entanto, que tal não teria sido viável a longo prazo não fosse o suporte e credibilidade institucionais que a Universidade Técnica de Lisboa lhe garantiu nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. V. (2001, Setembro/Outubro). A reforma de 1957, a arquitectura entre si própria e a sua representação. *Jornal Arquitectos*, p.21.

LYOTARD, J. (1989). *A condição pós-moderna*. Gradiva.

Silva, L. M. (2011). *Cultura Arquitectónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL entre 1975 e 1990*. Recuperado em 7 Maio, 2012, de Academia.edu, site: <http://independent.academia.edu/LeonorMatosSilva>.

¹ Não há dúvida que, de entre os professores, alguns se destacavam pelo seu carisma, dedicação ou empenho no estudo e experimentação de novos modos de entendimento da disciplina. Tal é o caso, por exemplo, dos professores Frederico George, Nuno Portas ou Tomás Taveira.

² Cf. Silva, L. M. (2011). *Cultura Arquitectónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL entre 1975 e 1990*. Recuperado em 7 Maio, 2012, de Academia.edu, site: <http://independent.academia.edu/LeonorMatosSilva>, p.43, nota143.

³ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, pp.44-45.

⁴ Decreto-Lei n.º498-E/79, de 21 de Dezembro.

⁵ Palavras do mesmo Decreto-Lei.

⁶ Cf. Despacho de 23 de Março de 1990 publicado no DR 90 de 18-04-1990, II Série, pp.4142-4147.

⁷ A presidência da comissão instaladora é ocupada pelo professor Frederico George de 1979 a 1981 (ano em que se aposenta) e pelo professor Augusto Brandão de 1986 a 1990 sendo que os anos de 1982 a 1986 serão ainda orientados por este último, como membro da referida comissão.

⁸ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, p.38.

⁹ São estes os de presidente do Conselho Directivo e Pedagógico do DA-ESBAL, dirigente da comissão instaladora da FA-UTL, presidente da comissão instaladora, e presidente do Conselho Directivo da FA-UTL.

¹⁰ Para um conhecimento mais detalhado destas e de outras questões, Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, pp.56-60.

¹¹ De nove, em 1975, para 106 em 1990.

¹² Neste particular, destacamos o arquitecto Frederico George, de 1957 a 1981, e o arquitecto Tomás Taveira de 1971 até final dos anos de 1990.

¹³ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, p.57.

¹⁴ Destacamos os casos do arquitecto Manuel Vicente, em 1975, e do arquitecto Manuel Tainha de 1976 a 1992.

¹⁵ Se em 1973 eram cerca de 880, em 1984 chegaram aos 1362

¹⁶ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, p.64.

¹⁷ Todos os planos de estudo dos anos lectivos do período entre 1975 e 1986 são legalizados *a posteriori* o que revela a instabilidade formativa do arranque do curso em contexto pós-revolucionário.

¹⁸ Referimo-nos, entre outras, às disciplinas de Sociologia, Geografia e Semiótica.

¹⁹ ALMEIDA, R. V. (2001, Setembro/Outubro). A reforma de 1957, a arquitectura entre si própria e a sua representação. *Jornal Arquitectos*, p.21.

²⁰ Aparte dos dados oficiais, testemunhos recolhidos nesta investigação apontam para a ideia de que, em Lisboa, a obtenção do diploma era facilitada comparativamente ao que se passava no Porto.

²¹ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, pp.131-133.

²² Cf. LYOTARD, J. (1989). *A condição pós-moderna*. Gradiva.

²³ Cf. Silva, L. M. (2011). *Op. Cit.*, pp.133-134.